

Plenário aprova Luiz Fux e STF volta a ter quórum completo

Foto de Geraldo Magela/Senado Federal



Desde agosto, a Suprema Corte estava com um de seus 11 assentos vago. CCJ elegeu presidente e vice para viabilizar rápida votação

Com 68 votos favoráveis e apenas 2 contrários, o jurista Luiz Fux foi confirmado ontem, pelo Plenário do Senado, para ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga aberta desde agosto passado com a aposentadoria de Eros Grau. Indicado pela presidente Dilma Rousseff no mês passado, Fux atualmente é ministro do Superior Tribunal de Justiça. Ele foi sabatinado à tarde na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde defendeu um atendimento jurídico melhor para a população pobre. **3**



Ao lado de Eunício Oliveira (D), eleito presidente da CCJ horas antes, Luiz Fux fala aos senadores, que lotaram o plenário da comissão para a sabatina

CCJ elege Eunício Oliveira e José Pimentel para presidente e vice **3**

Advertência sobre aspartame deve virar lei **5**

Jarbas Vasconcelos pede votação do fim das coligações **4**

Para líder do PT, mínimo de R\$ 545 é o possível **8**

PEC muda data da posse presidencial para 10 de janeiro **2**



Mesa da sessão do Congresso contou com Eduardo Azeredo, Aécio Neves, Francelino Pereira, Itamar Franco, José Sarney, José Agripino e José Resende, filho de Eliseu Resende

Congresso presta homenagem a Eliseu Resende, falecido este ano

Se estivesse vivo, Eliseu Resende estaria colaborando com os parlamentares na tarefa de modernizar a infraestrutura do país, afirmou o senador José Sarney na sessão solene. **6**



O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, fez ontem uma visita ao presidente do Senado, José Sarney, horas depois da aprovação, em Plenário, da indicação de sete novos embaixadores. À saída, Patriota disse ter conversado sobre o Mercosul e sobre a viagem que o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, fará ao Brasil em março. Informou que viajará a Washington até o final deste mês, quando tratará de detalhes da visita de Obama com a secretária de Estado, Hillary Clinton.

PEC altera a data da posse presidencial para 10 de janeiro

Já está tramitando proposta de emenda constitucional sugerida por José Sarney que também muda o dia em que os governadores assumem os cargos (cinco dias antes)

FOI LIDA ONTEM no Plenário a proposta de emenda à Constituição (PEC 1/11) que altera a data da posse do presidente da República, de 1º de janeiro para o dia 10 de janeiro, e as posses dos governadores para o dia 5 do mesmo mês. A PEC, cujo primeiro signatário é o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), foi distribuída aos senadores na última sexta-feira para a coleta de assinaturas de apoio necessárias (27, no mínimo), número alcançado na terça-feira. Se aprovada, começa a vigorar em 2015.

A justificativa de Sarney para propor a mudança é que a data atual, no dia seguinte ao Ano-Novo, acaba dificultando a presença de autoridades nacionais e estrangeiras à posse do

presidente, além de prejudicar a participação da sociedade brasileira.

– Acho que a mudança do dia já significa um benefício. Primeiro para a população, que não precisa desviar sua atenção da comemoração de um dia universal para um ato político, e, segundo, é também do interesse nacional, porque é uma data do país que os outros chefes de Estado ficam impossibilitados de comparecer, como ocorreu na posse da presidente Dilma – disse Sarney.

O presidente do Senado argumenta também que a coincidência das posses dos governadores com a do presidente obriga a que “os primeiros realizem cerimônias rápidas e em horá-

rios incompatíveis para poder acompanhar a posse do chefe do governo federal”.

Outra proposta de mudança da data da posse chegou a ser aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em 2008. Mas, como a PEC do ex-senador Marco Maciel não foi votada em Plenário até o fim do ano passado, acabou sendo arquivada ao fim da legislatura.

Ano Fiscal

A posse do presidente teve várias datas diferentes ao longo da história. O 1º de janeiro foi determinado pela Constituição de 1988 para coincidir com o primeiro dia do ano fiscal. O objetivo era evitar problemas com a execução orçamentária. Para Sarney, no entanto, com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, já não há a necessidade de fixar a posse no primeiro dia do exercício fiscal.

Para Sarney, mudança acaba com entrave para autoridades estrangeiras virem à cerimônia

Doris Marize assume hoje Diretoria-Geral

O presidente do Senado, José Sarney, marcou para hoje, às 10h, a posse da nova diretora-geral da Casa, Doris Marize Romariz Peixoto, atual diretora da Secretaria de Recursos Humanos. Ela substituirá Haroldo Feitosa Tajra. Segundo Sarney,

na legislatura passada foi acordado que haveria troca no cargo a cada dois anos.

– Ele [Haroldo Tajra] tem prestado bons serviços; é apenas uma sistemática que nós adotamos no princípio da legislatura passada e com a

qual eu concordei – disse.

Segundo o Regulamento Administrativo do Senado, compete à Diretoria-Geral dirigir e controlar a política da administração, consoante normas legais e deliberações da Comissão Diretora.

Procuradores municipais querem regulamentação

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na noite de ontem representantes de procuradores municipais que pleiteiam a regulamentação da advocacia pública no âmbito das prefeituras.

Eles pediram celeridade para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 153/03, que inclui

a carreira de procurador municipal no rol do artigo 132 da Constituição federal. A matéria está pronta para ir ao Plenário da Câmara, aguardando apenas acordo de lideranças.

Atualmente, o texto constitucional refere-se apenas aos procuradores estaduais e do Distrito Federal, garantindo

a organização da carreira e o ingresso por concurso público, entre outros dispositivos.

Sarney prometeu empenho para agilizar a votação. Estiveram no gabinete da Presidência procuradores de Macapá, São Luís, Rio Branco, São Paulo, Santo André (SP), Campinas (SP) e Caxias do Sul (RS).

Flexa Ribeiro: TV Senado chega em canal aberto a Belém

A TV Senado passará a ser transmitida ainda este ano, em canal aberto, na Região Metropolitana de Belém, anunciou o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Ele disse ter recebido a informação, nesta semana, do presidente do Senado, José Sarney.

Reeleito no ano passado com mais de 1,7 milhão de votos, Flexa Ribeiro disse que, no novo

mandato, apresentou os dois primeiros projetos de lei do Senado desta sessão legislativa. O PLS 1/11 altera a base de cálculo da compensação financeira paga pela exploração de recursos minerais, e o PLS 2/11 institui o açaí como fruta nacional.

O senador informou ainda que já participou de várias audiências com ministros para tratar dos interesses de seu estado.

Secs responde ao Estadão

“Infelizmente, em se tratando do Senado Federal, *O Estado de S. Paulo* vem publicando com frequência matérias que resvalam para além do jornalismo.

É o exemplo da matéria *Casa faz festa para ‘reforma’* publicada na edição de hoje, A6, quarta, 9.

Nela, destaca-se a revista *Biênio da Transparência e da Cidadania*, editada e distribuída sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) no final de dezembro, portanto, há quase dois meses. Aliás, iniciativa registrada à época, e de forma positiva, por várias mídias brasileiras.

A publicação da Secs, ao contrário de ‘autoelogios disfarçados em balanços’, publica informações inquestionáveis e que podem ser checadas pelo jornal. Desconhecer avanços obtidos pelo Senado Federal nas áreas administrativas e também quanto à transparência não é um bom serviço prestado à opinião pública.

Em relação à reforma administrativa, o projeto encontra-se em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, com certeza, chegará à votação em Plenário.”

Secretaria Especial de Comunicação Social

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Diploma para atuar em jornalismo

14h Entre as propostas que constam da pauta de votações da sessão deliberativa, está a que restabelece o diploma de curso superior de Comunicação Social para o exercício da profissão de jornalista.

Presidência Posse da nova diretora-geral

10h30 José Sarney vai à posse de Doris Marize na Diretoria-Geral do Senado; às 10h30, reúne-se com a Mesa; às 12h, com o presidente do Conselho Federal de Engenharia, Agricultura e Agronomia, Marcos Túlio de Melo; às 15h30, recebe Lindbergh Farias (PT-RJ) e a superintendente do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Teresa d’Amaral; às 16h, preside a sessão plenária.

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp



Eunício Oliveira (D) e José Pimentel assumem a direção da comissão

PMDB e PT têm a presidência e a vice da CCJ

Os senadores Eunício Oliveira (PMDB) e José Pimentel (PT), ambos do Ceará, foram eleitos ontem pela manhã, respectivamente, presidente e vice-presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para o biênio 2011/2013. Eles formaram uma chapa única que recebeu 22 votos favoráveis. Houve um voto nulo.

O resultado confirmou acordo entre as lideranças e a indicação de Eunício Oliveira já havia sido anunciada pelo PMDB, ao qual coube, pelo critério da proporcionalidade partidária, prioridade na escolha da comissão que quer presidir.

Na reunião da CCJ, o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), formalizou a indicação, seguido por Aníbal Diniz (AC), pela liderança do PT, segundo maior partido do Senado, que anunciou a escolha de José Pimentel.

Já como presidente da CCJ, Eunício Oliveira anunciou que vai propor uma série de audiências públicas para discutir a reforma política. Além disso, providenciará o desarquivamento de todas as proposições legislativas que tramitavam na comissão e foram arquivadas devido ao final da legislatura, como determina o regimento.

Reforma política será prioridade, diz Eunício Oliveira

Confirmado como o novo presidente da CCJ, Eunício Oliveira afirmou que a reforma política será uma das prioridades da comissão. O senador declarou que pretende debatê-la na CCJ, agora que os senadores acabam de tomar posse e "há mais interesse no tema".

– É necessária uma legislação que defina como deve ser o comportamento durante as eleições – frisou.

Ao ser questionado sobre o caso da extradição do italiano Cesare Battisti e sobre a aplicação da Lei da Ficha Limpa, ele disse que tais assuntos têm de ser decididos pela Justiça, não pelo Congresso.

Sobre a acusação, divulgada no ano passado, de que uma empresa da qual é sócio estaria envolvida no "mensalão do DF", Eunício Oliveira observou que desde 1998 está completamente afastado de qualquer participação em empresas e que, "com a retirada das certidões dessas empresas [das quais foi sócio], nada constou sobre seu envolvimento em qualquer esquema".

Indicação passa no Plenário por 68 votos a 2. Durante a sabatina na CCJ, o jurista foi questionado sobre temas como Lei da Ficha Limpa e caso Battisti, mas disse que não poderia se manifestar sobre assuntos que estão *sub judice* na corte

Composição do STF fica completa com a aprovação de Luiz Fux pelo Senado

A INDICAÇÃO DO jurista Luiz Fux para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga aberta, desde agosto, com a aposentadoria do ministro Eros Grau, foi aprovada na noite de ontem pelo Plenário do Senado. Ele recebeu 68 votos favoráveis e 2 contrários. A presidente Dilma Rousseff será comunicada da decisão da Casa. Ainda à tarde, o nome de Luiz Fux havia sido aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Relator na CCJ da mensagem presidencial, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) destacou em Plenário que Luiz Fux, atual ministro do Superior Tribunal de Justiça, foi "aplaudido entusiasmamente" pelos membros da comissão. Por sua vez, Francisco Dornelles (PP-RJ) disse que o Rio de Janeiro, terra natal do indicado, sentia-se honrado com a nomeação.

José Agripino (DEM-RN) comentou que o acordo feito para agilizar a instalação da CCJ e realizar, ontem, a sabatina, "foi uma deferência ao talento de Luiz Fux, que foi peça fundamental na montagem e revisão

dos códigos de processo Civil e Penal". O presidente do Senado, José Sarney, justificou a celeridade em virtude da necessidade de o STF ter sua composição completada para poder julgar temas importantes que estão aguardando decisão.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) opinou que Luiz Fux demonstra estar "mais do que gabaritado" para ocupar o cargo de ministro do STF. Na mesma linha, Vital do Rêgo (PMDB-PB) declarou que os senadores "ficaram encantados" com a sabatina do indicado. Waldemir Moka (PMDB-MS) sugeriu aos jovens advogados em início de

carreira que se espelhem no jurista como exemplo. Magno Malta (PR-ES) afirmou que a história do ministro indicado para o STF "orgulha a todos nós".

Para Renan Calheiros (PMDB-AL), a sabatina de Fux foi "uma demonstração sobeja de competência". O senador destacou que a indicação do novo ministro do Supremo foi comemorada na cúpula do Judiciário, nas entidades de juizes e entre os operadores do Direito. Benedito de Lira (PP-AL) elogiou a presidente Dilma Rousseff

pela indicação. "Valeu a pena esperar", afirmou. Aníbal Diniz (PT-AC) também cumprimentou Dilma "pela feliz escolha".

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) aplaudiu a indicação de Dilma e, referindo-se ao ex-presidente Lula, disse que "dessa vez não foi uma escolha partidária". Gleisi Hoffmann (PT-PR) parabenizou Fux e desejou sucesso no novo cargo. Eduardo Amorim (PSC-SE) disse que o ministro é exemplo para todos os brasileiros. Sérgio Petecão (PMN-AC) revelou ter ficado impressionado com a humildade demonstrada por Fux ao ser sabatinado.

A aprovação do do jurista na CCJ obteve a unanimidade do colegiado – 23 votos. Muito elogiado pelos parlamentares, seu nome foi considerado uma tentativa de fortalecimento da magistratura, já que Fux é juiz há quase três décadas.

Temas polêmicos

Durante a sabatina, que durou cerca de quatro horas, o ministro mencionou princípios constitucionais que devem ser obedecidos e frisou o da dignidade da pessoa humana, com a aplicação da razoabilidade na defesa da humanidade e do tratamento diferenciado que principalmente a população carente deve receber.

Questionado pelos parlamentares sobre sua opinião a respeito de temas polêmicos que aguardam votação no STF, como a votação dos processos do escândalo do mensalão, a Lei da Ficha Limpa e a extradição do italiano Cesare Battisti, Luiz Fux explicou que, de acordo com o regimento interno do Supremo, não poderia se manifestar sobre assuntos que estão *sub judice* na corte.

Ao ser questionado pela senadora Marta Suplicy (PT-SP), Fux também disse que a possibilidade de o acusado responder ao processo em liberdade na Lei Maria da Penha é um "retrocesso". Sobre as questões da identidade de gênero, também indagado por Marta, o ministro ressaltou que o direito brasileiro veda a discriminação de qualquer pessoa por liberdade de culto, crença e sexo, e que tal questão perpassa a liberdade sexual e o respeito entre os seres humanos.

Fux também colocou em foco a morosidade da Justiça e a necessidade de decisões mais rápidas para os casos emblemáticos, e defendeu a adoção de novos instrumentos legais, capazes de acelerar as decisões, uniformizando-as. Ele pediu a adoção, por exemplo, do chamado "incidente de demandas repetitivas".

Luiz Fux foi indicado por Dilma Rousseff para a vaga aberta com a aposentadoria de Eros Grau



Ao lado do novo presidente da CCJ, Eunício Oliveira, o ministro Luiz Fux fala aos senadores da comissão: aprovação em sabatina e, em seguida, no Plenário

Senadores elogiam carreira e postura do novo ministro

Após a eleição ontem de Eunício Oliveira (PMDB-CE) e José Pimentel (PT-CE) como presidente e vice-presidente, respectivamente, da CCJ (veja reportagem no alto, à esquerda), alguns senadores manifestaram apoio à indicação do ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para integrar o Supremo Tribunal Federal (STF).

O próprio Eunício Oliveira lembrou que Fux já foi sabatinado anteriormente pelo Senado (quando indicado para o STJ) e disse que ele tem um currículo de serviços prestados ao Brasil.

– Trata-se de um juiz de

carreira e, pelo seu currículo, não há dúvidas de que será um grande representante da Justiça brasileira – acrescentou Eunício Oliveira.

Questionado sobre o posicionamento de Fux no julgamento de ações como a da Lei da Ficha Limpa e a da extradição do italiano Cesare Battisti – ambas em andamento no STF –, o senador Demóstenes Torres (DEM-GO), ex-presidente da CCJ, afirmou acreditar que o provável novo ministro do Supremo "terá independência para julgar de forma isenta".

– Fux não deverá se ater ao que quer o governo. Ele está na vida pública há muito tempo –

observou Demóstenes.

O líder do PSDB, senador Alvaro Dias (PR), assegurou "apoio integral" do partido no Senado a essa indicação.

– É um nome que guarda estreita relação com os critérios que consideramos essenciais para que se integre o STF, como competência, qualificação técnica e respeitabilidade jurídica – comentou o senador.

Currículo

Natural do Rio de Janeiro, Luiz Fux tem 57 anos, formou-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), instituição na qual é professor. Após atuar

como advogado por dois anos, conquistou, em 1979, o primeiro lugar no concurso para promotor de Justiça do Rio de Janeiro, função que exerceu durante três anos.

Ingressou no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em 1983, sendo promovido a desembargador em 1997. Foi indicado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso para o STJ em 2001 e, no ano passado, comandou a comissão de juristas criada pelo presidente do Senado, José Sarney, para revisar o Código de Processo Civil (CPC), projeto já aprovado no Senado que agora tramita na Câmara dos Deputados.



Randolfe cobra mais recursos para resolver "gargalos de infraestrutura"

Randolfe propõe rediscussão do pacto federativo

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) comprometeu-se ontem a dedicar seu mandato à "recuperação do orgulho de ser amapaense". Ele propôs a rediscussão do pacto federativo, especialmente no que tange à distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Segundo Randolfe, seu estado é prejudicado pelo desrespeito ao princípio constitucional pelo qual os entes com menor arrecadação do ICMS teriam direito a uma parcela maior do FPE.

— O Amapá deveria ter direito a uma parcela maior do FPE. No entanto, é o 14º estado na distribuição dos recursos. É uma injustiça — disse, ao criticar a política de desenvolvimento regional, que privilegiaria o centro-sul do país.

Com isso, afirmou, o Amapá padece com imensos gargalos de infraestrutura, especialmente de rodovias, saneamento básico e acesso à energia elétrica.



Gilvam Borges quer governos federal e estaduais atuando em conjunto

União política favorece segurança pública, diz Gilvam

"O Rio de Janeiro vai mostrar ao mundo, na Copa de 2014, que é possível implantar uma nova ordem de segurança a partir da atuação conjunta dos governos federal e estadual", disse Gilvam Borges (PMDB-AP).

O senador apoiou a criação das unidades de polícia pacificadora (UPPs), que começam a ser implantadas pelo governo fluminense em favelas.

— É sempre com a união de esforços e a vontade dos entes federativos e da sociedade que as mudanças substanciais ocorrem. Daí a importância da união política — afirmou.

Gilvam ressaltou ainda que as fronteiras da Amazônia são altamente vulneráveis à ação de traficantes e narcoterroristas. O senador afirmou que a experiência da presidente Dilma Rousseff será fundamental para a extensão de um plano nacional de segurança, com uma estratégia que também contemple a educação da população.

O fim das coligações para eleger deputados e vereadores está previsto em proposta de emenda à Constituição que o senador espera ver incluída na pauta de votações

Jarbas quer eleições proporcionais sem coligação

O SENADOR JARBAS Vasconcelos (PMDB-PE) voltou a defender a extinção das coligações partidárias nas eleições proporcionais, ideia apresentada por ele em 2007 por meio da proposta de emenda à Constituição (PEC 29/07). O texto mantém as coligações apenas para as eleições majoritárias.

Em fevereiro de 2008, ele disse ter pedido à Mesa a inclusão da matéria na pauta de votações do Plenário, mas até agora não foi atendido.

— Infelizmente, como em tantos outros casos, o requerimento foi solenemente ignorado e a matéria continua com a sua tramitação paralisada — declarou.

O fim das coligações em eleições proporcionais, a instituição da cláusula de desempenho eleitoral e a fidelidade partidária são os três temas considerados mais importantes pelo senador para que o país tenha uma verdadeira reforma política. Jarbas Vasconcelos disse esperar que o anúncio da presidente Dilma Rousseff de que a reforma política é prioridade



Senador espera empenho da presidente da República em favor da reforma política

em seu mandato "seja realmente um compromisso real e não apenas uma promessa".

O senador também registrou que o jornal *O Estado de S. Paulo* defendeu em editorial, publicado ontem, o fim das coligações em pleitos proporcionais, classificando o instrumento como "a causa primeira da proliferação de legendas nanicas, cujos donos trocam com as legendas maiores tempo de TV no horário eleitoral por vagas

na chapa comum".

Na opinião de Jarbas Vasconcelos, o instituto da coligação em pleitos proporcionais "é um mero esquema eleitoral, uma aberração, uma excrescência que não existe em lugar algum do mundo" e é usado como moeda de troca entre partidos.

Recentemente, acrescentou, o Supremo Tribunal Federal determinou que, em caso de substituição do titular de mandato, quem deve assumir é o suplente do partido e não da coligação, mas a Câmara dos Deputados ainda está convocando suplentes de coligações, o que gerou mais um impasse entre Legislativo e Judiciário — e insegurança jurídica.

— Caso o Supremo confirme a posição de assegurar a posse de suplente dos partidos, fica exposto o fato de que a coligação proporcional é um mero esquema eleitoral, uma distorção por meio da qual o eleitor vota em "José" e elege "João" — afirmou.

Jayme Campos defende debate profundo sobre reforma política

O senador Jayme Campos (DEM-MT) parabenizou o presidente do Senado, José Sarney, pela decisão de instituir uma comissão especial para elaborar o anteprojeto da reforma política. Ele defendeu um debate aprofundado sobre o tema, que, conforme lembrou, conta com o apoio das "mais expressivas lideranças" do Congresso Nacional.

De acordo com Jayme Campos, a credibilidade do Parlamento está em xeque. Ele disse que está na hora de oferecer à sociedade "um novo modelo de atuação parlamentar de inquestionável eficácia, ética

e transparência".

O senador disse que as mudanças eleitorais e político-partidárias propostas devem ser duradouras. Também pediu que elas acabem com "as artimanhas e manobras legais que insistem em macular a soberania das urnas".

Para Jayme Campos, a reforma eleitoral deve "evitar que a imagem e a atuação partidária do legislador eleito sejam maculadas constantemente com a pecha do estelionato e do oportunismo sem escrúpulo". Defendeu ainda que a reforma assegure "a previsibilidade e a lisura do representante escolhi-



Jayme Campos: reforma pode ajudar a resgatar a imagem dos políticos

do, tanto em defesa dos ideais doutrinários quanto do cumprimento das promessas em função das quais foi eleito".

O senador também defendeu debate sobre temas como o financiamento público de campanha, a fidelidade partidária e a suplência de senadores.

Para Sarney, comissões simultâneas vão ajudar

O senador José Sarney disse ontem que a instalação de comissões especiais da reforma política no Senado e na Câmara dos Deputados não atrapalhará o andamento dos debates em torno do assunto e as votações dos projetos. A reforma é uma das prioridades da nova gestão de Sarney e faz parte dos temas que os presidentes das duas Casas do Congresso Nacional incluíram numa pauta de cooperação com o Executivo.

— Vamos fazer a nossa proposta, o nosso estudo. A Câmara fará a dela e há o momento de encontrarmos as nossas opiniões para sairmos com uma solução consensual — argumentou Sarney.

Na opinião do parlamentar, se fosse instalada uma comissão mista, composta de senadores e deputados, para tratar do assunto, a reforma não sairia do papel.

Demóstenes na Comissão de Reforma Política

Demóstenes Torres (DEM-GO) fará parte da comissão de senadores que vai discutir a reforma política. Convidado ontem para integrar o colegiado pelo presidente do Senado, José Sarney, o senador disse que a reforma política "é a mais importante das reformas" de que o Brasil precisa no momento. Também já foram anunciados para a comissão os nomes de Itamar Franco (PPS-MG), Fernando Collor (PTB-AL) e Aécio Neves (PSDB-MG).

Demóstenes afirmou à Agência Senado que muitos assuntos merecem discussão na reforma política, entre eles, o excesso de partidos no país, a qualidade dos políticos, a necessidade de leis que forcem os partidos a punir os integrantes que apresentam desvios de conduta e um sistema de financiamento de campanhas. Para não correr o risco de que a reforma não seja eficaz, ele defende que as discussões sejam focadas em poucos temas.

Marta promete defender liberdade e diversidade



"Legislarei e me posicionarei sempre em defesa dos direitos da cidadania de mulheres e homens e pelo respeito à diversidade cultural e à liberdade de expressão", disse Marta Suplicy (PT-SP). A senadora elencou outros temas prioritários do seu mandato: reformas tributária e política, e o novo pacto federativo. Marta destacou que é a primeira mulher a representar São Paulo no Senado, e a primeira senadora a ocupar a Vice-Presidência da Casa. Sobre as relações homoafetivas, ela opinou que o Congresso "se apequenou" quando tratou da questão. A senadora ainda observou que, anualmente, cerca de 2 milhões de mulheres são espancadas por ano no país.

— A senadora destacou que é a primeira mulher a representar São Paulo no Senado, e a primeira senadora a ocupar a Vice-Presidência da Casa. Sobre as relações homoafetivas, ela opinou que o Congresso "se apequenou" quando tratou da questão. A senadora ainda observou que, anualmente, cerca de 2 milhões de mulheres são espancadas por ano no país.

Mário Couto vê "estorrecedora" corrupção no Pará



O senador Mário Couto (PSDB-PA) afirmou ontem que os números da corrupção ocorrida na gestão da ex-governadora Ana Júlia Carepa

(PT) "são estorrecedores". Como exemplo, ele revelou os dados sobre despesas de custeio entre 2007 e 2010. Segundo ele, foram gastos R\$ 3,4 bilhões com coisas supérfluas, enquanto apenas R\$ 500 milhões foram gastos pela governadora "em favor do povo paraense".

— O Pará quebrou, está falido. Ela gastou sete vezes mais do que o necessário para que o povo pudesse se manter em paz e viver com dignidade. Chega de administradores incompetentes neste país — disse o senador.

Maldaner pede recursos para a defesa civil



Casildo Maldaner (PMDB-SC) anunciou em Plenário que vai lutar pela aprovação de projeto por ele apresentado em 2008 (PLS 388/08) que

destina 1% dos prêmios de seguro às entidades de defesa civil federal, estaduais e municipais. Disse que, se a proposta já tivesse se transformado em lei, seriam amenizados os problemas de enchentes e deslizamentos ocorridos este ano no Rio de Janeiro e em Santa Catarina.

Maldaner ponderou que 1% é um percentual baixo e não sacrificará quem faz seguros. Ele acredita que sua proposta incentivará as prefeituras a criarem entidades de defesa civil. Assim, os municípios terão órgãos para trabalhar na prevenção de catástrofes.

Emendas de Plenário devolvem à CAS proposta que pretende evitar que portadores da doença da fenilcetonúria sejam contaminados por substância

Advertência contra fenilalanina pode virar lei

ALIMENTOS, BEBIDAS, PRODUTOS dietéticos e medicamentos deverão informar em seus rótulos se contêm fenilalanina (substância encontrada no aspartame) ou outras substâncias cujo consumo seja contraindicado aos portadores de deficiências do metabolismo ou doenças específicas. É o que estabelece o substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara 107/08, que, como recebeu emendas do Plenário ontem, voltou para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Além da advertência da presença da fenilalanina, os rótulos destes produtos e medicamentos deverão conter a quantidade da substância presente em cada dose ou porção. A fenilalanina é encontrada no adoçante aspartame, substituto do açúcar e muito utilizado em bebidas, principalmente refrigerantes.

Já há uma portaria do Ministério da Saúde e uma norma da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que estabelecem a advertência da adição de aspartame nas embalagens de alimentos.

Existe um grupo de pessoas que sofrem de uma doença hereditária, chamada fenilcetonúria, que não têm uma enzima necessária para digerir a fenilalanina. A substância não é eliminada e acumula-se no or-



Plenário sugeriu emendas ao projeto originário da Câmara: consequências do acúmulo da substância no organismo incluem lesões irreversíveis no cérebro

ganismo até ser convertida em compostos tóxicos, designados por fenilcetonas (como o fenilacetato e a fenetilamina), que são expelidos pela urina.

As consequências para saúde são graves, incluindo atrasos mentais, especialmente em crianças, e distúrbios intelectuais nos adultos.

O projeto, aprovado sob a forma de substitutivo pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), determina que os rótulos dos alimentos e bebidas, inclu-

sive dietéticos, que contenham fenilalanina ou outra substância contraindicada aos portadores de doenças específicas deverão apresentar tal advertência e, sempre que necessário, remeter o consumidor a uma fonte oficial de informações sobre a quantidade da substância presente no alimento.

Prazo da lei

Essas normas deverão entrar em vigor 180 dias após a publicação da lei em que o projeto

for transformado. O relator da matéria na CAS foi o então senador Papaléo Paes (PSDB-AP). Ele informou que, caso a fenilcetonúria não seja diagnosticada precocemente ou tratada com dieta apropriada, a doença evolui com lesões irreversíveis no cérebro, atraso de desenvolvimento, convulsões, hiperatividade, microcefalia, tremores e retardo mental.

O relator explicou que o projeto, além de dar à porta-

ria da Anvisa o *status* de lei, também inclui as bebidas e os produtos dietéticos nas normas previstas.

O projeto original foi apresentado pelo deputado Júlio Delgado (PSB-MG), e altera o Decreto-Lei 986/69, que institui normas básicas sobre alimentos, e a Lei 6.360/76, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos medicamentos, drogas ou insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos.

Governo do PSDB já distribuiu remédios, lembra Cícero Lucena



Cícero Lucena

Ao registrar a iniciativa do governo federal que prevê a distribuição gratuita de remédios para hipertensos e diabéticos por meio da Farmácia Popular, o senador Cícero Lucena (PSDB-PB) lembrou que essa política pública já fez parte de um governo do PSDB. Disse que a iniciativa foi posta em prática no período em que ele foi prefeito de João Pessoa (1997-2004), com o fornecimento e distribuição de medicamentos de uso contínuo pelos Correios.

A oferta de remédios, ressaltou Cícero Lucena, também fora adotada pelo ex-governador de São Paulo José Serra por meio do Programa Dose Certa, que distribuiu diversos tipos de medicamentos básicos à população, a maioria produzida pela Fundação do Remédio Popular, do governo paulista. A medida foi incorporada ao programa contraceptivo e de saúde mental.

Saúde da Família deve unificar repasses, defende Paulo Davim



Paulo Davim

O senador Paulo Davim (PV-RN) defendeu mudanças no Saúde da Família, para unificar os repasses e incluir a figura do pediatra nas equipes do programa. Para ele, há distorções que precisam ser corrigidas, como o fato de municípios com mais de 30 mil habitantes receberem repasses de R\$ 6,4 mil por equipe, enquanto municípios com populações menores recebem R\$ 9,6 mil. Além de unificar esses repasses, Paulo Davim também defendeu a unificação do piso de atenção básica, atualmente composto por um piso fixo (de R\$ 18 por habitante/ano) e um piso que varia. Ele apoia a proposta de que o valor unificado seja de aproximadamente R\$ 39 por habitante/ano. Outra unificação sugerida é a dos repasses para atendimentos de alta e média complexidade, que variam de estado para estado.

Eduardo Braga teme epidemia de dengue no Amazonas



Eduardo Braga

Devido ao risco de uma epidemia de dengue, nove municípios do Amazonas decretaram estado de emergência, alertou Eduardo Braga (PMDB-AM). O senador disse que o número de mortes ocorridas em 2011 já superou o da curva padrão dos últimos anos.

– Mesmo reconhecendo o esforço da presidente Dilma Rousseff e do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, quero registrar que a situação é preocupante. O número de notificações de dengue em Manaus já ultrapassou 3 mil – afirmou.

O senador destacou que já foram registrados casos de três tipos de dengue no estado: 1, 2 e 4, este último vindo de outros países. Ele sugeriu que o Ministério da Saúde ofereça maior atenção aos imigrantes, sobretudo aos recém-chegados devido à atuação brasileira na Força de Paz do Haiti.

João Pedro revela preocupação com imigrantes haitianos



João Pedro

João Pedro (PT-AM) pediu atenção para a crescente comunidade de haitianos em seu estado. Ele disse que em Tabatinga há cerca de 500 haitianos que sobreviveram com doações da Igreja Católica e da prefeitura. Lembrando já ter integrado uma comitiva de parlamentares ao Haiti, João Pedro sugeriu que o Senado leve o caso à ONU. O pronunciamento foi apoiado, em apertes, por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Aníbal Diniz (PT-AC).

O senador também manifestou preocupação com o surto de dengue no Amazonas.

– Manaus tem uma população concentrada e nós precisamos fazer esse enfrentamento – salientou, pedindo ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha, ações para que o surto seja tratado com urgência.

Nova ministra do TST recebe 58 votos

O Plenário aprovou ontem à noite, com 58 votos favoráveis e dois contrários, a indicação presidencial da advogada Delaíde Alves Miranda Arantes para o cargo de ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), na vaga aberta com a aposentadoria do ministro José Simpliciano

Fontes de Faria. Ela havia sido sabatinada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em 15 de dezembro do ano passado.

Os senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) elogiaram a aprovação

da indicação de Delaíde Arantes e a trajetória profissional da advogada.

Nascida em Pontalina (GO), Delaíde Arantes viveu a infância no interior goiano. De família humilde – o pai era trabalhador rural e a mãe, dona de casa –, mudou-se para

Goiânia em 1971, onde cursou o ensino médio e teve que trabalhar como doméstica para se sustentar. Também em Goiânia formou-se em Direito e passou a se dedicar à Justiça trabalhista. Tem pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho e em Docência Universitária.

Congresso realizou sessão de homenagem ao parlamentar, que faleceu em janeiro deste ano em pleno exercício do mandato de senador

Quinze anos de atuação no Congresso

Nascido em Oliveira (MG), Eliseu Resende formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1954. Começou a carreira profissional como contínuo do Banco de Crédito Real, instituição em que chegou a ser chefe do Departamento de Engenharia. Obteve os títulos de mestre, em 1961, e Ph.D, em 1963, em Ciências Matemáticas pela Universidade de Nova York.

Foi diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais e do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Entre 1979 e 1982, ocupou o cargo de ministro dos Transportes.

Em 1992, foi presidente da Eletrobras, e ministro da Fazenda no ano seguinte, durante o governo Itamar Franco. Em 1994, foi eleito deputado federal. No mandato, apresentou os projetos, sancionados como leis, que permitiram a flexibilização do monopólio do petróleo e a reorganização do setor elétrico. Foi reeleito deputado em 1998 e 2002, conquistando o mandato de senador na eleição de 2006.

Atuação

No Senado, era vice-presidente da Comissão de Infraestrutura (CI) e membro das comissões de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA); Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH); e Assuntos Econômicos (CAE).

Entre os principais projetos de lei que relatou, destacam-se o que criou o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) – Lei 10.233/01; o que estabeleceu o Sistema Nacional de Recursos Hídricos e criou a Agência Nacional de Águas (ANA) – Lei 9.984/00; e o que instituiu o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes – Lei 10.636/02.

Senadores destacam importância da herança política de Eliseu Resende

O PAÍS PERDEU um grande professor, um destacado gestor público e um atuante parlamentar com a morte de Eliseu Resende. A afirmação foi feita pelo presidente do Senado, José Sarney, na sessão especial do Congresso realizada ontem para reverenciar a memória do mineiro da cidade de Oliveira que foi ministro dos Transportes de 1979 a 1982 e

teve passagem ainda pelo Ministério da Fazenda. Ele faleceu em 2 de janeiro, aos 81 anos, no exercício de mandato de senador que iria até 2015.

Antes de convidar Itamar Franco (PPS-MG) para presidir a sessão, como destaque às origens do homenageado, Sarney disse que Eliseu será uma lembrança constante pela obra

que deixou. Com sua experiência política, o senador mineiro estaria agora auxiliando o Congresso a dar conta, com mais rapidez e eficiência, de tarefas relacionadas à modernização da infraestrutura do país, ressaltou o presidente do Senado.

– Mas não é tempo de prantear, e sim de lembrar sua obra no que ela revelará mais perene

para as gerações futuras do país. É tempo de relembrar sua vida de grande homem – disse.

Depois de afirmar que toda nação tem os seus símbolos, o senador José Agripino (DEM-RN) destacou que a infraestrutura brasileira tem o seu e que ele se chama Eliseu Resende. Assim como outros oradores, ele mencionou grandes obras realizadas por Eliseu, à frente do antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) ou do Ministério dos Transportes, como a Ponte Rio-Niterói e quase 31 mil quilômetros de estradas.

– De 1974 até hoje, somados todos esses anos, não se atingiu a marca do que seu marido capitaneou ou realizou – afirmou, dirigindo-se à viúva Dinah Nogueira de Resende, presente à sessão com os dois filhos.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG), por sua vez, disse que Eliseu protagonizou momentos importantes da história do país e que era um “homem sem rancores e sempre disposto ao entendimento”. Na disputa pelo Senado, em 2006, lembrou o parlamentar, Eliseu obteve mais de 5 milhões de votos.



À Mesa, o deputado Eduardo Azeredo (E), o senador Aécio Neves, o ex-senador Francelino Pereira, os senadores José Sarney e Itamar Franco, e José Resende, filho de Eliseu

Para Aécio, Parlamento perde em “inteligência, preparo e experiência”

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) afirmou que a perda de Eliseu Resende empobreceu o Parlamento em “inteligência, preparo, experiência e bom senso”. Ele observou ainda que Eliseu detinha conhecimento poucas vezes comparável da realidade brasileira.

Aécio destacou também a disposição com que o falecido senador trabalhou para conquistar seu último mandato, compondo a chapa em que ele próprio buscava, em 2006, sua reeleição para o governo de Minas. Além disso, lembrou que Eliseu e seu avô, Tancredo Neves, foram adversários políticos – “adversários duros, mas leais”. Eles disputaram o governo de Minas, em 1982, eleição em que Tancredo saiu vitorioso, mas então começaram a convergir para o mesmo campo.

– Ali começavam a se tornar concretos os novos contornos da reconquista democrática brasileira. E souberam, Tancredo e ele, com a dimensão que tinham, convergir no momento certo, quando o que estava em jogo eram os interesses de Minas e o interesse do Brasil – comentou Aécio.

Fidalguia e respeito ao bem público

Itamar Franco disse que, quando prefeito de Juiz de Fora (MG), pelo antigo MDB, tratou de interesses do município junto ao então diretor-geral do DNER. Apesar das diferenças políticas, Eliseu o atendia com “fidalguia”, acima dos interesses partidários. O senador leu a carta em que Eliseu pediu para deixar o Ministério da Fazenda, durante o seu governo. Assinalou que ele saiu agastado com notícias sobre o uso de uma diária de hotel. Itamar retratou o episódio, que teria obrigado o então ministro a se explicar ao Senado, como exemplo das injustiças que atingem homens públicos.

– Era esse documento que eu queria registrar no Senado da República, para que os mais jovens, aqueles que praticamente estão iniciando na vida pública, verifiquem que muitas e muitas vezes nós sofremos injustiças – ressaltou.

Quase todos os senadores destacaram a forma ética como o homenageado se conduzia. Para Francisco Dornelles (PP-RJ), ele simbolizou a transparência, o respeito ao bem público e a vontade de

realizar. Saliu que Eliseu acumulou o maior patrimônio que um homem público pode desejar: “A honestidade, a dignidade e a credibilidade perante a sociedade”.

O senador Fernando Collor (PTB-AL) disse que Eliseu sempre se destacava por apresentar análises didáticas, profundas e especializadas sobre os temas tratados. Segundo Collor, na Comissão de Infraestrutura, a clareza do pensamento e a lucidez de raciocínio do então senador eram normalmente “a palavra final e correta”. Jayme Campos (DEM-MT) lembrou que as grandes obras rodoviárias de seu estado têm “as digitais” de Eliseu.

Três deputados mineiros discursaram: Mauro Lopes (PMDB), Paulo Abi-Ackel (PSDB) e Toninho Pinheiro (PP). Outro orador foi o secretário de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais, Carlos Melles, representando o governador do estado, Antonio Anastasia. José Alexandre, filho de Eliseu, disse que o Brasil, Minas e o Senado “perderam um pequeno grande homem”.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretor-geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Vanessa Graziotin • Mozarildo Cavalcanti • Paulo Davim • João Pedro • Cícero Lucena • Wilson Santiago

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Infraestrutura é prioridade da indústria, diz Delcídio Amaral

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) apresentou ontem ao Plenário as prioridades do setor industrial para a pauta do Legislativo. Em encontro da Confederação Nacional da Indústria (CNI), os empresários apontaram a infraestrutura como setor chave para o desenvolvimento do país.

– Caminhamos para a consolidação de uma economia forte, mas ainda temos muitos desafios. O maior deles é a infraestrutura. E o Programa de Aceleração do Crescimento vai ao encontro desse desafio. Não adianta ter empresários e produtores rurais competentes se perdemos no frete – disse.

O senador observou, citando



Delcídio Amaral

o que ouviu no encontro da CNI, que muito se avançou no governo de Luiz Inácio Lula da Silva no que se refere a educação, saneamento, geração de empregos e distribuição de renda. Mas ainda há o que avançar, disse ele, reafirmando o compromisso do governo com qualificação da mão de obra e com investimento em pesquisa.

O senador citou ainda como prioridades da indústria a reforma tributária, a revisão do Código Florestal, o Código Mineral, o aperfeiçoamento das agências reguladoras e a conclusão da discussão sobre a distribuição dos royalties do pré-sal.

Petecão pede rapidez na reforma de aeroporto



Sérgio Petecão

O senador Sérgio Petecão (PMN-AC) pediu às autoridades aeroportuárias mais rapidez no cronograma de reforma da pista de pousos e decolagens do aeroporto de Rio Branco. De acordo com ele, a pista, que tinha originariamente 2.158 metros, foi reduzida para apenas 600 metros, dificultando a operação de aeronaves maiores.

O senador afirmou que o aeroporto, em decorrência da reforma, perdeu o status de aeroporto internacional, o que tem prejudicado o turismo.

Petecão pediu ainda que sejam acelerados os estudos para a construção do novo aeroporto na capital, já que a vida útil da pista em reforma está se esgotando.

Cyro Miranda alerta sobre atraso em obras



Cyro Miranda

“Ou o governo brasileiro cria coragem e ímpeto para colocar a Infraero nos trilhos, ou o Brasil passará por um verdadeiro vexame internacional durante a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.” O alerta foi feito pelo senador Cyro Miranda (PSDB-GO). Ele informou que dos R\$ 5,5 bilhões previstos para investimentos em infraestrutura aeroportuária até a Copa, apenas R\$ 195 milhões foram contratados e R\$ 54 milhões, executados.

Cyro Miranda observou que os principais aeroportos do país já estão operando acima de sua capacidade, sem suportar a demanda de passageiros.

Ferraço destaca avanço industrial do Espírito Santo



Ricardo Ferraço

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) destacou relatório do IBGE que aponta a consolidação da produção industrial de 2010, que cresceu 10,5%. O destaque ficou por conta do Espírito Santo, o líder, com índice de 22,3%, equivalente ao dobro da média nacional.

Para Ricardo Ferraço, os números do IBGE não representam evidentemente um indicador “técnico e frio”, mas revelam a expansão de oportunidades no país, em especial no Espírito Santo. O estado conciliou, disse o senador, o crescimento econômico com a redução do índice de pobreza.

Pimentel celebra a volta da Frente da Microempresa



José Pimentel

José Pimentel (PT-CE) comemorou ontem a recriação da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa. Ele participou da primeira reunião de deputados e senadores.

Em 2006, quando entrou em vigor a lei do Simples Nacional, lembrou o senador, o Brasil tinha pouco mais de 1,3 milhão de micro e pequenas empresas. Hoje, são 5,4 milhões.

– Os grandes empregadores do Brasil são exatamente as micro e pequenas empresas, que estão voltadas principalmente para o mercado nacional – disse.

Senadora celebra iniciativa do governo federal que prevê US\$ 350 bilhões em investimentos até 2030, em sua maioria com recursos do setor privado

Vanessa elogia o Plano Nacional de Mineração

VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB-AM) celebrou o lançamento, na terça-feira, pelo Ministério de Minas e Energia, do Plano Nacional de Mineração, que estabelece metas para o setor até 2030. Ela lembrou que o Amazonas conta com a maior reserva de potássio do mundo, que continua inexplorada, enquanto o Brasil ainda importa o potássio que consome.

O plano, explicou a senadora ontem, traça diretrizes para as áreas de geologia, recursos minerais, mineração e transformação mineral. Ainda prevê investimentos – em sua maioria do setor privado – de US\$ 350 bilhões até 2030; a criação de uma agência nacional de mineração; de um marco regulatório que fará mudanças profundas na outorga dos títulos minerais; e de uma nova política para os royalties do setor.

Para Vanessa Grazziotin, o plano aponta para o fortalecimento da atividade mineral no Brasil. Segundo ela, a importância desse plano está na permanência e na utilização dos frutos da exploração das riquezas brasileiras



Senadora lembra que maior reserva de potássio do mundo está no Amazonas

em benefício da população e do país. Ela comparou o plano com a nova regulação do petróleo da camada pré-sal.

– Nós mudamos o marco regulatório, a forma como trabalhávamos essa riqueza no Brasil, que era a concessão. Ou seja, a posse da riqueza do petróleo era do Brasil, mas o governo concedia [o direito de exploração] a uma empresa privada, que fazia a exploração e se apropriava da maior parte da riqueza, devolvendo ao poder público uma

pequena parcela através do pagamento de royalties e da participação especial – afirmou.

A senadora lembrou que foi aprovado o sistema de partilha, que prevê a exploração do petróleo por uma empresa contratada por outra empresa estatal que ainda será criada.

Ela salientou que grande parte do lucro não ficará mais com a empresa privada, mas com o Estado, e as empresas privadas serão bem remuneradas por isso.

Exploração de minérios em terras indígenas

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu a regulamentação, pelo Congresso Nacional, da exploração de minérios em terras indígenas, como prevê a Constituição. Ele disse que o Ministério de Minas e Energia deveria fazer um estudo e priorizar as áreas em que já se verifica a exploração de diamantes e de minerais estratégicos para a indústria de alta tecnologia, como nióbio, urânio e cassiterita.

O senador afirmou que a exploração clandestina prejudica o Brasil e as comunidades indígenas, tendo em vista que “o contrabando vai enriquecer outros países”. O Brasil está sendo roubado, disse Mozarildo, exibindo denúncias de índios yanomamis, segundo os quais a prática é contínua em suas terras em Roraima.

– Então por que não acabar com essa hipocrisia e regulamentar de uma vez por todas a exploração de minérios em terras indígenas, com a obrigação do cumprimento de normas de defesa do meio ambiente? – questionou.

Para Mozarildo, a regulamentação iria compatibilizar desenvolvimento com preservação ambiental. O senador lembrou ainda que as terras indígenas de Roraima localizam-se sobre as maiores reservas minerais do estado.

Em aparte, Acir Gurgacz (PDT-RO) lembrou que Rondônia abriga a Reserva Roosevelt, que detém uma das maiores concentrações de diamantes do mundo.

– Dizem que não está sendo explorado, mas a gente encontra na rua diamantes dessa reserva – afirmou Gurgacz.



Gleisi elogiou modelo do setor elétrico proposto em 2003 por Dilma Rousseff, à época ministra de Minas e Energia

Gleisi: apagão foi uma “falha técnica inesperada”

Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou ontem que o mau funcionamento de um disjuntor na subestação Luiz Gonzaga provocou a queda em uma das suas linhas de transmissão e posteriormente o desligamento da subestação. A partir disso, sete estados da região Nordeste ficaram sem luz por horas e, para a senadora, não se tratou de um “apagão” e sim de uma “falha técnica inesperada”.

Gleisi disse que, ao longo da semana, muito se falou sobre o episódio “e, por vezes de forma absolutamente equivocada”, foram feitas comparações com o apagão de 2001. Ele lembrou o racionamento de energia que durou 11 meses, ocorrido há dez anos durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Segundo ela, FHC abandonou o planejamento no setor elétrico e preferiu relegar tudo ao mercado.

A senadora salientou que a “experiência trágica” do apagão de 2001 levou a então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, a apresentar em 2003 um novo modelo para o setor elétrico. Segundo Gleisi, o Brasil não convive mais com incertezas sobre a geração futura de energia e a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) é um marco na retomada do planejamento estratégico do setor.

– Como diretora financeira de Itaipu, [acompanhei] as discussões e a implementação desse modelo e digo que foi um dos planos mais ousados de reestruturação do sistema elétrico no mundo – assegurou a senadora Gleisi Hoffmann.



Mozarildo: regulamentação conciliaria desenvolvimento com preservação ambiental e evitaria contrabando



Vital do Rêgo: "União se apropria de cerca de 70% da arrecadação"

Para Vital do Rêgo, divisão de tributos precisa ser revista

Vital do Rêgo (PMDB-PB) disse em Plenário que a Federação brasileira, cujo princípio é uma das cláusulas pétreas da Constituição, está morrendo.

– A Federação brasileira está morrendo e morre justamente por falta de condições materiais mínimas para que estados e municípios possam cumprir, ao menos de forma aceitável, seus deveres para com os cidadãos e as cidadãs a quem serve – afirmou o senador, que defendeu uma profunda reforma tributária no país.

Segundo Vital do Rêgo, estados e municípios deixam de prestar vários serviços por falta de receita, uma vez que cabe à União a maior parte da arrecadação de impostos. O parlamentar disse que a União se apropria de aproximadamente 70% da arrecadação do setor público nacional, enquanto os estados ficam com pouco mais de 25% e os municípios com "insignificantes 5%".

O senador afirmou que a distribuição das obrigações entre os entes federados também está desequilibrada, uma vez que a educação e a saúde são obrigações municipais, enquanto a segurança pública é uma obrigação estadual. As vinculações de receitas, acrescentou, completam a penúria dos estados.

Vital do Rêgo disse que a reforma tributária defendida pela presidente Dilma Rousseff, além de simplificar e racionalizar o sistema de arrecadação, tem prioritariamente de rever a divisão do bolo arrecadatório entre os três níveis de governo.

Cyro Miranda quer discutir gastos do governo

O senador Cyro Miranda (PSDB-GO) criticou a suposta intenção do governo de elevar a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre compras no exterior com cartão de crédito. Ele comentava reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*.

– Ao invés de aumentar receitas, o governo deveria discutir a qualidade dos gastos públicos e rever a carga tributária. São providências urgentes para garantir a competitividade dos produtos brasileiros e equacionar os rumos da economia – disse.

Senador Humberto Costa alega que valor defendido pelo governo, se não é o ideal, é coerente com a política de valorização do salário realizada nos últimos oito anos

Líder do PT diz que mínimo de R\$ 545 "é o possível"

O LÍDER DO PT e do Bloco de Apoio ao Governo, senador Humberto Costa (PE), disse ontem que o valor do salário mínimo proposto pelo Executivo (R\$ 545) é coerente com a política de reajuste iniciada no governo Luiz Inácio Lula da Silva e continuada pelo governo Dilma Rousseff.

– Neste momento, é aquilo que é possível fazer – resumiu.

O senador afirmou que a valorização do salário mínimo foi muito mais significativa no governo Lula do que no de Fernando Henrique Cardoso. Para exemplificar, disse que o mínimo em maio de 2002, último ano da gestão de FHC, correspondia a cerca de US\$ 50 e, atualmente, corresponde a mais de US\$ 300.

– Portanto, aqueles que querem agora dar lição de como recuperar o valor real do salário mínimo deveriam tê-la aplicado na prática, no momento em que eram governo – provocou.

O senador Mário Couto (PSDB-PA), em aparte, defendeu o governo de Fernando Henrique Cardoso, lembrando o controle da inflação e o saneamento das contas públicas. Em resposta, Humberto Costa afirmou que o governo Lula recebeu um "país



Humberto Costa: nova política para o mínimo foi negociada com as centrais

inteiramente quebrado", com inflação de dois dígitos. Por sua vez, Mário Couto disse que o PSDB defende um salário mínimo de R\$ 600 por achar que o Brasil tem condição de arcar com esse valor e por acreditar que a população deseja um mínimo maior.

Em apartes, os senadores Wellington Dias (PT-PI) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) elogiaram o discurso do líder do partido e afirmaram que o governo Lula trouxe significativos avanços para o país.

Humberto Costa acrescentou que o governo de Dilma Rousseff deseja manter a política – implementada ao longo dos últimos anos – de recuperação do valor dos salários, em especial do mínimo. Destacou que a presidente vai enviar ao Congresso Nacional proposta que transforma em lei acordo político feito com as centrais sindicais, estabelecendo uma fórmula de reajuste do mínimo. Por esta fórmula, o reajuste leva em conta a inflação e o crescimento do produto interno bruto (PIB).

Paim propõe antecipação do reajuste de 2012



Paulo Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) sugeriu ontem que parte do reajuste do salário mínimo previsto para o próximo ano, de cerca de 14%, seja antecipada para 2011. Ele propôs cerca de quatro pontos percentuais, de modo que o aumento neste ano seja maior.

– Se a economia foi bem no ano passado, se os empresários faturaram bem, não tem sentido não dar agora qualquer aumento real para o salário mínimo. Em janeiro do ano que vem, o mínimo deverá subir cerca de 14%. Por que não antecipar agora uma parte disso? – questionou.

Segundo Paim, as centrais sindicais estão dispostas a negociar o reajuste. Mas o Executivo quer encerrar as discussões e já anunciou que aceita um aumento adicional de R\$ 5. As centrais pedem R\$ 580 e o governo admite chegar a R\$ 545, depois de ter enviado ao Congresso medida provisória fixando o valor em R\$ 540.

O senador refutou alegações de que aumentos mais elevados para o salário mínimo poderiam quebrar a Previdência Social.

– Não adianta vir para cima de mim com essa conversa, porque isso não é verdade – disse.

Cristovam: salário não se limita a valor monetário

A discussão sobre o reajuste do salário mínimo deveria ser "desmonetarizada" e incluir, muito mais que valores, sugestões de providências concretas para melhorar a qualidade de vida do trabalhador, recomendou o senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

– Gostaria que trabalhassemos o salário mínimo em sua dimensão global, englobando os serviços públicos aos quais o trabalhador tem direito – disse.

Cristovam observou que a disputa entre governo e centrais sindicais pelo valor do mínimo – R\$ 545 ou R\$ 580 – tem sido feita como se o valor pudesse promover uma "revolução" na vida dos brasileiros. Os reajustes dos últimos anos representaram um acréscimo de 134% no contracheque, mas não refletiram melhorias na saúde, educação e transporte públicos.

– Gostaria de ver as centrais sindicais lutando por 2 [mil], 3 mil [reais] de salário mínimo. Já que isso não é possível, que façamos, a partir dessa discussão, uma espécie de choque social. Que nos sentemos para discutir um salário mínimo total – disse.



Cristovam Buarque

Congresso vai definir fórmula, assegura Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem de manhã que o Congresso Nacional pretende avaliar, ainda neste semestre, um projeto de lei para instituir uma fórmula definitiva para o reajuste do salário mínimo.

– Ontem [terça-feira] nós tratamos disso com as lideranças, de maneira que nós pudéssemos

ter um projeto de lei do salário mínimo – não medida provisória – e que seria votado em regime de urgência pela Câmara e pelo Senado – informou Sarney.

Na opinião do senador, o acordo feito entre as centrais sindicais e o ex-presidente Lula, que leva em consideração a inflação do ano anterior e o crescimento

do PIB de dois anos antes, é a melhor solução para reajustar o mínimo.

– Basta ver que, se as projeções que estão sendo feitas este ano forem confirmadas, o salário mínimo no próximo ano terá um aumento de 13%. É uma fórmula que atende ao trabalhador brasileiro – defendeu o presidente do Senado.

Gurgacz: "Mãe das reformas" é a tributária

O PDT está à disposição para debater as reformas política e tributária propostas pelo governo, afirmou Acir Gurgacz (RO). Para o senador, a "mãe das reformas" é a tributária.

– Precisamos dela para o surgimento de um número maior de indústrias, para que o país possa se desenvolver mais e se posicionar de forma mais competitiva dentro de cenário internacional, para que exportemos mais produtos manufaturados e menos matéria-prima – afirmou.

Gurgacz considerou urgente a necessidade de desonerar os impostos que recaem sobre a remuneração do trabalhador, que "reduzem o salário e aumentam o custo Brasil".

Ele ainda afirmou que será de grande valia a decisão tomada na terça pelo Senado, com a aprovação da MP 501/10, que aumenta os investimentos no setor energético.

Servidores

O atraso na publicação do decreto que efetiva a transposição de servidores de Rondônia para os quadros federais foi criticado por Gurgacz. O senador solicitou que o Ministério do Planejamento decida logo a questão, já que o decreto foi aprovado pelo Congresso e sancionado pela Presidência da República.

Lamentando a morte de mais de 800 pessoas na Região Serrana do Rio de Janeiro, Gurgacz defendeu a manutenção de uma comissão técnica do Senado para acompanhar a implantação do sistema de prevenção de desastres naturais proposto pelo governo, e fiscalizar a sua operacionalidade de forma diligente.

O senador ainda saudou decisão da Marinha dos Estados Unidos, que vai reabrir processo e garantir amplo direito de defesa à marinheira brasileira naturalizada americana Graciela Falqueto Saraiva, 21 anos. Gurgacz explicou que ela havia sido expulsa da corporação sob acusação de *doping*, e perdera o prazo de defesa após seu exame de urina ter apresentado a substância codeína, um dos princípios ativos do remédio Tylenol 3, que ela havia usado com prescrição médica.

– Graciela é condecorada com oito medalhas de bravura em combate. Fomos atendidos no pleito da família, que é de Rondônia – afirmou.



Gurgacz defende desoneração dos impostos que recaem sobre salários